

VIRAGENS INTELLECTUAIS E A LUCIDEZ SOCIAL LATINO-AMERICANA

GIROS INTELLECTUALES Y LUCIDEZ SOCIAL LATINOAMERICANA

INTELLECTUAL TURNS AND LATIN AMERICAN SOCIAL LUCIDITY



Renata Ovenhausen ALBERNAZ¹
e-mail: renata.ovenhausen@ufrgs.br

Como referenciar este artigo:

ALBERNAZ, R. O. Viragens Intelectuais e a Lucidez Social Latino-Americana. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 7, n. 00, e023010. e-ISSN: 2177-5060. DOI: <https://doi.org/10.29378/plurais.v8i00.17764>



| Submetido em: 23/06/2023
| Revisões requeridas em: 10/07/2023
| Aprovado em: 18/10/2023
| Publicado em: 20/12/2023

Editoras: Profa. Dra. Célia Tanajura Machado
Profa. Dra. Kathia Marise Borges Sales
Profa. Dra. Rosângela da Luz Matos

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS – Brasil. Professora Associada. Doutorado em Direito (UFSC).

RESUMO: Esse artigo objetiva analisar um movimento intelectual que problematiza o processo, a “eficiência” e as externalidades dos resultados das pesquisas em ciências sociais aplicadas na América Latina. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em textos de intelectuais destacados desse movimento, notadamente, pensadores decoloniais latino-americanos. Analisando esse movimento, suas principais propostas e críticas são: 1) desconstruir a cilada do saber hegemônico que desequilibra o que visibiliza e invisibiliza, notadamente em fatos de redistribuição, manobrando o consenso social; 2) inverter a lógica usual da eficiência das investigações, minimizando o seu estar a serviço da aposta modernizante e da eficiência econômica capitalista; 3) mudar os padrões estéticos na ciência brasileira, abandonando qualquer resquício do gosto privilegiado aos métodos e padrões exóticos (euro-norte-americano-centrados); 4) imunizar os intelectuais contra o derrotismo de programações frustradas, no continente; 5) buscar as causas mais profundas dos problemas sociais, não se contentando com as mais próximas e evidentes.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais. Viragens Epistêmicas. América Latina. Pesquisa Decolonial. Justiça Social.

RESUMEN: Este artículo pretende analizar un movimiento intelectual que problematiza el proceso, la "eficiencia" y las externalidades de los resultados de la investigación en ciencias sociales en América Latina. Se realizó un relevamiento bibliográfico de textos de intelectuales latinoamericanos de este movimiento y se constató que sus principales propuestas y críticas son: 1) deconstruir la trampa del conocimiento hegemónico que desequilibra lo que hace visible e invisible, especialmente en el caso de la redistribución, maniobrando el consenso social; 2) invertir la lógica habitual de la eficiencia de la investigación, minimizando su estar al servicio de la apuesta modernizadora capitalista; 3) cambiar los estándares estéticos de esta ciencia, abandonando el gusto privilegiado por los métodos y estándares exóticos (euro-norteamericanos); 4) inmunizar a los intelectuales contra el derrotismo de la programación frustrada en el continente; 5) insistir en las causas más profundas de los problemas sociales, no contentándose con las evidentes.

PALABRAS CLAVE: Intelectuales. Giros epistémicos. América Latina. Investigación decolonial. Justicia Social.

ABSTRACT: This article aims to analyze an intellectual movement that problematizes the process, "efficiency" and externalities of research results in social sciences in Latin America. A bibliographical survey was carried out of texts by prominent Latin American intellectuals from this movement. The main proposals and criticisms of this movement are: 1) to deconstruct the trap of hegemonic knowledge that unbalances what makes visible and invisible, notably in facts of redistribution, maneuvering social consensus; 2) to invert the usual logic of the efficiency of investigations, minimizing their character of being at the service of the capitalist modernizing bet; 3) to change the aesthetic standards in Brazilian science, abandoning the privileged taste for exotic (Euro-North American-centric) methods and standards; 4) to immunize intellectuals against the defeatism of frustrated programming on the continent; 5) to insist on the deeper causes of social problems, not content with the closest and most obvious ones.

KEYWORDS: Intellectuals. Epistemic Turns. Latin America. Decolonial Research. Social Justice.

Introdução

Este artigo foi iniciado a partir de uma demanda para uma palestra em uma mobilização estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quando dos movimentos de ocupação de prédios públicos, no ano de 2016, em Porto Alegre e no Brasil. Logo, a primeira inspiração foi no contexto de fala para jovens estudantes mobilizados e no intento de animar suas forças questionadoras e emancipatórias, apesar dos desalentos daqueles dias de votação da PEC dos Gastos Públicos. O outro disparo foi a percepção de um certo desencanto que, em tempos de crise, parece assolar a sociedade acerca do sentido das principais instituições de representação de vida humana associada – Estado, Sindicatos, Movimentos Sociais, Comunidades, e que tem reforçado defesas e comportamentos cotidianos “intimistas” e de “individualismo possessivo”², como o de apelar para a privatização de atividades estatais, para a defesa da poupança e do investimento particulares como meios de proteção social, para a vida solitária, ou, quando muito, restrita à família nuclear e para a defesa intransigente do padrão de liberdade pela preferência individual no mercado, com o conseqüente esmorecimento de uma ética de compromisso e da solidariedade social.

Mesmo que o íntimo e o privado sejam espaços de existência defensáveis e necessários para a proteção da liberdade, maturidade e responsabilidade individual, como apregoavam os existencialistas, imunizando a pessoa contra certas compulsões de massa e efeitos nocivos da socialização³, uma aposta em sua disseminação deve ser objeto de preocupação.

Vive-se, na atualidade, talvez, o ápice do que Touraine (1998) chamou, nos anos 90, de “desmodernização”. Por um lado, há a percepção da ruptura na capacidade das principais

² O *individualismo possessivo* é o ingrediente básico do modelo de sociedade atual, como explicado por Macpherson (1979) para compreender a constituição da sociedade moderna partir de Thomas Hobbes. Esse modelo, o autor o denomina por *Sociedade de Mercado Possessivo*, no qual o trabalho do indivíduo é tido como uma mercadoria, ou seja, embora “a energia e a destreza” de um indivíduo sejam uma “propriedade” pessoal sua, elas não são consideradas como integrantes de sua personalidade, mas apenas como “pertences” dela, já que o indivíduo tem liberdade para oferecer suas competências a seus semelhantes por um determinado preço. O autor utiliza o adjetivo possessivo para caracterizar o estado pleno de desenvolvimento da sociedade de mercado, ou seja, uma sociedade em que o trabalho se tornou artigo de mercado e onde quase a totalidade das relações sociais – salvo somente alguns poucos enclaves sociais – foi convertida em relações de mercado. Neste caso, a designação economia de mercado já não alcança sua essência, de modo que designá-la por sociedade de mercado lhe parece mais apropriado.

³ Esses efeitos nocivos da socialização não são desconsiderados, seguindo-se, aqui, o alerta feito por Azevedo e Albernaz (2006) de que, na avaliação de Guerreiro Ramos, o homem normal, o homem saudável defendido por Durkheim, era considerado, essencialmente, como um “homem ajustado”, não confrontador, e cuja característica seria, constantemente, buscar alcançar a sua perfeita adaptação ao meio social em que vivia; no entanto, adverte o sociólogo baiano, ele, Durkheim, nunca tentou admitir a especulação sobre o caráter não saudável do meio social, pois havia o pressuposto de que toda socialização seria um bem. Os autores, então, destacam que Guerreiro Ramos conclamava que ‘a ciência social não poderia ficar à parte das críticas que vinham sendo feitas à “patologia da conformidade ou da normalidade social” (Guerreiro Ramos, 1971, p. 25-26).

instituições modernas de manter a coesão coletiva, algo que evoca “uma análise ‘não social’ da realidade social” (Touraine, 2011), ou seja, a perda da visão da sociedade como um sistema integrado.

Por outro lado, ressurgem tentativas de revigorar a unidade social estilhaçada por velhas receitas (nacionalismos e culturalismos primordialistas, algumas vezes exacerbados), o que também soa anacrônico diante da propulsão de comunicabilidade e transações que a vida virtual e a globalização engendraram. E nesse estado de “compressão espaço-temporal”⁴, nem o novo liberalismo, nem o socialismo da velha esquerda, nem o comunitarismo multiculturalista parecem convencer a ponto de se alcançar seja um consenso, seja um agonismo político sustentável (Mouffe, 2005). A questão, assim, é se essa diluição do vínculo social é real ou ilusória e o que os intelectuais podem fazer no esclarecimento, ou no desvelamento dessa realidade ou ilusão. O convite para essa autorreflexão intelectual é, assim, o objetivo deste artigo.

Desvelando desequilíbrios entre exibições e invisibilidades

Primeiramente, esse des-lugar do vínculo social pode ser só uma falsa impressão, já que, talvez como nunca, há uma intensa socialização de impactos das ações sociais, notadamente de seus riscos. O que ocorre é que essa socialização é obscurecida por medidas desequilibradas de visibilização e invisibilização, mesmo na ciência, o que torna difícil a operação real de qualquer tipo de funcionamento democrático deliberativo sobre ela, seja ele baseado no modelo do consenso (Habermas, 2009), seja no dissenso (Laclau; Mouffe, 2015), já que ambos pressupõem razões amplamente disponíveis e, assim, engajamento político consciente.

O caso das organizações, sejam elas instrumentais ou substantivas (Guerreiro Ramos, 1981), é claro nesse sentido. Tratando-se de organizações mais substantivas, como são as da sociedade civil, empreendimentos solidários, entidades sem fins lucrativos e movimentos sociais, os estudos sobre estas organizações e mobilizações sociais, nos anos 1980 a 2000, foram-lhes expressivos e apologéticos, na percepção e expectativa de que elas se transbordavam

⁴ O estado de des-lugar do indivíduo no social, aqui, é evocado como a sensação do sujeito de estar em um estado de fragilidade associativa, no sentido de que a associação é vista por ele como instável e não confiável para garantir sua vida e reconhecimento, ou no próprio desprezo que ele sente ao vínculo social, notadamente em seus ônus, mesmo estando profundamente enredado nele.

em “efeitos transruptivos”⁵, programados ou não, e de cunho “contra-sistemáticos”⁶, que se expandiam em “redes de movimentos sociais”⁷, abrindo clareiras políticas e institucionais na soma das ações entre elas, e que exigiam uma nova forma de organização e gestão – ou a gestão social⁸.

Defendia-se que essas organizações repercutiam muito além do simples efeito evidente de seus objetivos mais imediatos, gerando uma transformação política, social e econômica de amplo espectro (Dagnino, 2004). Hoje, depois de um certo esmorecimento da atenção acadêmica a esses objetos, ela é reavivada nos estudos das mobilizações em redes, essas com outros funcionamentos, mas também fecundas em efeitos, como os movimentos de proteção do meio ambiente, contra o Racismo e a violência policial, pela diversidade, entre outros.

No campo das organizações mais instrumentais, ou a dos agentes econômicos do capitalismo pela acumulação, também ocorrem inúmeras socializações, principalmente de ônus e de externalidades negativas de suas atividades e interesses.

São identificadas as situações de distribuição dos custos aos consumidores, na forma de preço; dos juros mais elevados nas instituições bancárias, visando compensar as perdas decorrentes da inadimplência; a socialização realizada pelos sistemas complementares de

⁵ Usa-se essa ideia de efeitos transruptivos, de Stuart Hall, aqui, de forma análoga. Hall (2003) evoca essa ideia, pois observa que, se a mutação das relações coloniais para pós-coloniais na Inglaterra, inicialmente, não alterou, por si só, a conotação subalternizante nelas embutidas, a migração oportunizada nessa mutação tem produzido vários efeitos transruptivos, principalmente na sociedade receptora (Inglaterra). Entre eles, Hall destaca: a recolocação, sob rasura, da ideia de raça e o seu uso estratégico como denúncia de um sistema de exploração; a ruptura com a noção essencialista e evolucionista da cultura, em defesa do hibridismo e de culturas mistas e diaspóricas; o questionamento da neutralidade e universalidade do Estado liberal pelas suas margens. Assim, efeitos transruptivos seriam os impactos desconstrutivos e revisionistas que a pluralização da vida social gera em uma sociedade, efeitos, esses, advindos, no caso de Hall, de fora para dentro da sociedade receptora e, no caso do Brasil, das margens para o centro dessa mesma sociedade.

⁶ Com essa categoria de ação coletiva contra-sistemática, Melucci (2001) atenta para o campo dos conflitos a nível de sistema, e para o modo, no caso, de contraposição, em que as mobilizações sociais o afetam, mesmo que de forma pontual e temporária; ele explica, assim, com essa ideia, a ação coletiva, não na sua forma de um ator personagem, com uma identidade bem delimitada, mas de uma unidade de fins gerada pela agregação provisória em um campo de múltiplas forças que atuam na desestabilização do sistema.

⁷ Scherer-Warren (2005, p. 30) analisa os movimentos sociais em redes de mobilizações sociais, onde considera os elos e os meios de retribuição que, escapando dos limites das organizações coletivas dadas, expandem-se, de forma simbólica e solidária, a outros atores coletivos e sujeitos individuais, por meio de: 1) identificações sociais, éticas, político-ideológicas, culturais; 2) intercâmbios, negociações e definições de campos de conflito e de adversários comuns; e 3) a realização de projetos, propostas e objetivos que se somem uns aos outros.

⁸ Trazendo algumas das chaves interpretativas dessa nova concepção de gestão – a de gestão social, Cançado (2014, p. 81-82) as localiza como sendo: a lógica do Interesse Bem Compreendido; o locus da Esfera Pública; o fim da Emancipação; e uma “perspectiva dialógica negativa (Adorno, 2009), sem pretensão de síntese”. Por Interesse Bem Compreendido, conceito vindo de Tocqueville, quando descreveu a sociedade americana do século XIX, o autor (2014) explica que tal conceito “se funda na premissa de que o bem-estar coletivo é pré-condição para o bem-estar individual (ao contrário da premissa de Adam Smith) (...). Em outras palavras, ‘a virtude é útil’. Sobre o locus da esfera pública, este é o do encontro comunicativo e deliberativo de sujeitos individuais e coletivos em temas de interesse da sociedade e da habilidade em manejar esse espaço. E, a emancipação, como sendo o sair da tutela e firmar-se em autonomia, enfocando as ações de auto-organização coletiva.

saúde, em que o pagamento individual é condição para que outros usuários tenham acesso a tratamento; ocorre a externalização de danos ambientais e comunitários (ruídos, resíduos, odores, acidentes resultantes de rompimento de barragens de resíduos tóxicos provenientes de indústrias, entre outros); e há a socialização dos riscos das atividades, transferindo a responsabilidade aos prestadores de serviços em prol da garantia dos lucros para os proprietários dos sistemas de aplicativos, entre outros aspectos.

Ocorre que essas socializações de ônus e externalidades não são fáceis de se pesquisar, e acabam sendo pouco publicizadas, já que as empresas são resguardadas por todos os tipos de direito de sigilo (bancário, financeiro, industrial, intelectual, criminal). É comum, aliás, quando se autoriza a realização de pesquisas nessas organizações instrumentais, que elas exijam um termo de confidencialidade, restringindo a publicização de seus dados e informações produzidos nessas pesquisas e que poderiam ser de interesse coletivo, sob o argumento de que elas estão expostas a um ambiente de competição.

No caso da organização estatal, por sua vez, a exibição tende a ser mais intensa, em função do próprio princípio legal da transparência pública (art. 216^a, inc. IX, e Lei n.º 12.527/2011), mas também há desequilíbrios entre a publicização de gastos, por exemplo, com a máquina pública e com Programas de Justiça Social Redistributiva, em relação ao acesso a informações de gastos com subsídios e com a inadimplência fiscal de organizações econômicas, protegidas pelos mesmos direitos de sigilo.

Equalizar essa publicização dos vários aspectos socializados da vida contemporânea é indispensável não só para um avanço democrático deliberativo consciente, como para a própria condução de um desenvolvimento sustentável. Teorias premiadas sobre o desenvolvimento e justiça, têm insistido na importância disso, já que economistas como Amartya Sen (2011) e Joseph Stiglitz (2012) propõem análises de bases informacionais ampliadas para incluir esses dados e para determinar, na medida do desenvolvimento, outros valores humanos (que não só renda e riqueza) em prol da concreta eliminação de privações de liberdade e de desigualdades severas e injustas. Para que um pacto social nesse sentido opere, uma de suas condições consiste em equilibrar as medidas de visibilidade social, possibilitando uma construção adequada de um senso de justiça.

Opções ao alcance dos intelectuais emancipatórios

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2014, a participação dos empregados na população ocupada era de 61,0%, sendo que o percentual de pessoas sem carteira de trabalho assinada era de 42,1%, na população dos empregados, e 72,8%, nos empregados domésticos. A taxa de desocupação era de quase 12% para as mulheres e 8% para os homens, sendo a taxa de subutilização do trabalhador em geral de 14,8%, e a renda média, em 2014, de R\$ 1.800,00. Dados preocupantes em termos de formalização e assistência social dos trabalhadores brasileiros.

Mas, mesmo assim, “afrouxaram-se” os direitos na Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017). Nos resultados dos dados da Pesquisa de Figueiras, Lima e Souza (2019) indicam que, apesar da mitigação de garantias e seguranças, os prometidos ganhos em número de empregos e salários não vieram, pois, após a Reforma, os “salários de entrada dos empregados formais permanecem basicamente estagnados”, o desemprego aberto foi de 11,6% e a subutilização da força de trabalho foi de 25%, no último trimestre 2018. Como essa aprovação legal foi possível nesse contexto?

Perdas como essa talvez não se expliquem pela apatia política do povo, que é a sua vítima, já que, submetido historicamente a um regime de “subcidadania”⁹, não lhe é fácil a escuta de seus desesperos, mas elas se retroalimentam da insistência política na velha aposta modernizante defendida pela elite econômica, agência para a qual o Estado tem sido um servidor cativo, e que a favor da qual o povo útil tem sido dirigido ou dispensado.

Contra esse percurso, a cargo dos intelectuais, então, estaria o desafio de insistir na investigação da lógica inversa a essa aposta moderna, algo como nosso saudoso Enrique Dussel conclamava por “transmodernidade”¹⁰, ou seja, partir da perspectiva dos negados e

⁹ Por essa noção de *subcidadania*, Souza (2009, p. 174) quer explicar a existência de um certo tipo de consenso, como que corporal, pré-reflexivo e naturalizado, que permite, sem abalar a eficácia e a estrutura jurídica, que algumas pessoas e classes estejam acima da lei e outras abaixo dela. Ou seja, há “redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isto sob a forma de uma evidência social insofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da precariedade”. Desse modo, a “produção social de uma ‘ralé estrutural’ nas sociedades periféricas” não é uma ocasionalidade ou uma patologia social no Brasil, mas um fenômeno de massa institucionalizado, política e subpoliticamente.

¹⁰ A transmodernidade é uma posição que se assume e um projeto de libertação. Dussel (2005, p. 55-70) a defende como o compromisso de negar a negação do mito da Modernidade enquanto mito, e para isto, a outra face, a negada e violada da modernidade, precisa afirmar-se inocente, julgando culpada a modernidade que a violou. A modernidade, segundo Dussel, é um Mito onde: a civilização moderna autodescreve-se como a civilizada; por conta disto, obriga-se a desenvolver os primitivos; este desenvolvimento segue o processo determinado pela Europa; e justifica a violência contra o bárbaro que resiste a este desenvolvimento; o bárbaro é tido como culpado de sua barbárie e a modernidade é elevada como uma emancipação desta situação; os custos da modernização, em termos dos que são por ela sacrificados, são tidos como inevitáveis. A forma de legitimar-se desse Mito é esconder-se/negar-se enquanto Mito e afirmar-se como verdade universal. A ‘Transmodernidade’, assim, é “um projeto

negligenciados por essa modernidade para elaborar novas soluções para velhos problemas sociais. Aliás, não foi por essa perspectiva de olhar inverso que Paulo Freire (2003) acabou percebendo que tinha muito mais a aprender do que a ensinar com os oprimidos, e que desta escuta atenta adveio a fecundidade e a originalidade de sua solução educativa emancipatória (pedagogias do oprimido, da autonomia etc.)?

O olhar inverso também pode vir a perceber que o povo, hoje e desde sempre, faz esquemas próprios de solução para a sua condição, a seus modos (criativo, plástico, relaxado e rebelde), em uma resistência subterrânea, ramificada, rizomática, com códigos próprios, às vezes, invisíveis à tradição dos métodos e categorias acadêmicas. Catherine Walsh, em um estudo muito interessante sobre as pedagogias decoloniais na base da práxis e dos discursos de resistência latino-americanos, faz menção, por exemplo, à lição da líder do povo Kichwa, no Equador, a Sra. Dolores Cacuango, conhecida como Mama Dulu, que, nos anos 1930, alimentava a força e a esperança do seu povo oprimido dizendo: “*Somos como la paja del cerro que se arranca e volve a crescer y del paya del cerro cobriremos el mundo*” (Walsh, 2017).

Walsh menciona, ainda, a cosmologia da esperança africana como resistência, na pedagogia de mães escravas, que, com seus cantos, lendas, danças, tentavam blindar a dignificação negra em seus filhos, contra os ataques da devassa de sua humanidade pela escravidão. Ainda cita vários textos de resistência, intencionalmente esquecidos pelo saber eurocentrado ocidental, como os manuscritos dos indígenas de Huarochiri e de Popul Vuh (hoje, Peru e Guatemala), no século XVI, e a narrativa de suas estratégias de subversão à lógica colonial a partir da visão de seus povos.

Nesse sentido, está o texto *Nueva Crónica y Buen Gobierno*, de autoria do quéchua Felipe Guamán Poma de Ayla, obra enviada, em 1616, ao rei Felipe III, e que é um exemplo dessa narrativa que falava sobre os índios a partir da própria cosmologia andina, denunciando o diálogo conflitivo com a cosmologia cristã e com a mentalidade burocrática dos agentes do estado espanhol. Walsh, assim, é uma intelectual que faz essa inversão fecunda em suas pesquisas, e está conseguindo mapear, e assim, visibilizar e fortalecer, as origens e as lutas por emancipação advindas do próprio seio do povo andino.

Maria Lugones (2014), uma intelectual argentina do feminismo decolonial, também convida a essa inversão, quando sugere imaginar e pensar as resistências cotidianas à diferença colonial que envolvem interações de pessoas não representativas, em termos públicos-oficiais.

mundial de libertação em que a Alteridade, que era co-essencial à Modernidade, igualmente se realize” (Dussel, 2005, p. 66) por mútua fecundidade criadora.

Tratando da resistência para descolonizar o gênero, a autora afirma que a “mulher colonizada’ é um conceito vazio”, “não há mulher totalmente colonizada; só se pode afirmar a mulher colonizada negando-a como ser histórico e unilateralizando o olhar sobre ela (Lugones, 2014, p. 939). E isso é um olhar falso”.

A autora sugere, então, o enfoque nos seres e práticas que resistem à Colonialidade, evidenciando “a proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva de libertação, tanto adaptativa como criativamente opositiva” (Lugones, 2014, p. 939). Tal resistência pode ser mínima em escala, mas é constante e transformadora, pois a subjetividade que resiste, com frequência, afirma Lugones (2014, p. 942), expressa-se na capacidade que tem as comunidades dos/as oprimidos/ de, entre si, constituir significados que recusam aqueles que lhes são impostos pelo poder colonial e de exprimi-los em códigos que não são compreendidos por esse poder. E esta é uma vitória infrapolítica, mas que, por suas plasticidade e capacidade de disseminação, não é de impacto social desconsiderável. Lugones (2014, p. 943) enfatiza, assim, “o processo oprimir ← → resistir no *locus* fraturado da diferença colonial”.

Assim, o trabalho dessa intelectual coopera tanto para desconstruir a impressão de imobilismo do oprimido face ao suposto engrandecimento sem freio das forças de dominação, na atualidade, quanto para mitigar o mito desse engrandecimento, lembrando que não há dominação plenamente exitosa, maciça, ou isenta das fraturas causadas pelo *locus* de resistência infrapolítica e de mobilizações sociais. Ainda, sua teoria coopera para promover e fazer ver a multiplicação dessas fraturas, empoderando-as no fato de elas causarem uma gradual, mas constante, “osteoporose” na coluna vertebral das injustas estruturas de poder, distribuição e socialização modernas capitalistas.

Para essa inversão fecunda das pesquisas, é preciso, também, mudar os padrões estéticos e de poder na ciência latino-americana, negar a estrutura do campo científico, tal como ela se arquitetou até hoje (Bourdieu, 2015). Afinal, se a pesquisa, a extensão e a docência lúcidas são as tarefas que a sociedade afere aos acadêmicos universitários, para que eles lhe revelem as verdades mais subterrâneas e complexas que os olhos não treinados dos cidadãos comuns não conseguiriam ver, seria, porém, vantajoso assumir essa inversão fecunda quando esses objetos invertidos ficam fora do holofote e dos aplausos acadêmicos ditados pelos critérios de êxito científico norte-americano e Europeu?

Não, ou talvez, sim. Alberto Guerreiro Ramos (1995) conclamava, lá nos anos de 1950, a um trabalho intelectual brasileiro verdadeiramente criador, nesse sentido de inversão epistêmica. Que trabalho intelectual criador seria esse? Aquele que, seguindo o autor baiano

(1995), seria comprometido em auxiliar na personificação nacional do Brasil e na revisão macro-estrutural contra o que aprisionava o país num círculo de atraso e dependência; o que promovesse a visibilidade das efervescências sociais únicas do Brasil; um saber cujos métodos, sem deixar de ser científicos e rigorosos (empíricos, mas não positivistas!)¹¹, permitissem captar essas efervescências sociais de modo “pedestre”, já que os métodos convencionais e abstratos poderiam deixá-las desapercibidas.

Por fim, o saber de iniciativa de um intelectual capaz de olhar o Brasil com ternura e proximidade, excretando as pechas dos preconceitos autodegradantes que o saber hegemônico colonial sempre lhe impôs. Somente esse tipo de saber permitiria ao Brasil, não só ingressar, com originalidade e notoriedade, na composição da tradição universal do saber, como também ajudar na construção de um país capaz de compreender-se e de construir-se de forma cada vez mais autodeterminada e justa.

Afinal, se Arendt (2012) foi tão perspicaz ao explicar o totalitarismo, pois este lhe foi próximo, tocou-lhe a experiência pessoal, e se Bhabha (2018) foi tão explícito em desvelar o hibridismo, como indiano bilíngue, diante da proximidade com uma das realidades mais iníquas do mundo, em termos de desigualdade entre a concentração de riqueza e as disfunções de sua distribuição, e tão criativo, tanto em suas técnicas de opressão quanto de resistência, proporciona aos acadêmicos brasileiros uma posição única de fala e de desvelamento fenomênico, que intelectuais de países desenvolvidos seriam incapazes de alcançar. Contudo, essa oportunidade de autoria intelectual autêntica muitas vezes se perde em favor do sucesso burocrático do acadêmico ligado às “sociologias enlatadas”¹² estrangeiras.

Além desse olhar inverso e autoria autêntica, outro desafio intelectual do tempo presente é imunizar-se, neste mundo de solicitudes impacientes, contra o derrotismo de programações intelectuais frustradas, ou seja, daquelas que, apesar de todo o esforço intelectual de esclarecimento e direcionamento social, envolvem ações e fatos que escapam à programação e

¹¹ Guerreiro Ramos (1995) faz uma crítica severa ao positivismo enquanto método instituído por Comte e Durkheim. Afirmar que, diferentemente da sociologia de antes do século XIX, que estava atenta às transformações sociais, aos problemas e questões colocados por essa transformação, e que, assim, era uma sociologia dinâmica. A sociologia institucionalizada por Comte e Durkheim é uma sociologia conservadora, cujo intento é congelar e controlar as forças sociais no impulso de freá-las para a estabilização da ordem imposta pela classe burguesa, tida como o padrão de normalidade. A sociologia positivista, assim, é ideológica, diz Guerreiro Ramos, apesar de dizer-se neutra, já que comprometida em fixar a normalidade da ordem imposta pela sociedade burguesa contra toda a resistência a ela. Daí o autor negar essa sociologia para sociedades em estados de latência, como era a sociedade Brasileira de sua época.

¹² A sociologia tem um propósito salvador e de reconstrução social, disse Guerreiro Ramos (1995). Mas a formação do sociólogo tem sido para o adestramento e conformismo, ele é um *répétituer*, e é enlatada porque é consumida quase como uma “conserva cultural”, formando uma doença infantil, mais de índole gesticulante que ativa, e que projeta uma patologia da normalidade do externo a que se apologiza.

à prescrição por qualquer intelectual. Em uma sociedade democrática, a construção social é obra da própria sociedade, não de uma elite intelectual, por mais urgentes que sejam os dados que os intelectuais revelam.

As mobilizações coletivas, por exemplo, mesmo que cooperem, de forma extensiva, na composição de resistências criativas pelo povo, têm o seu próprio tempo de disparo e de agito, e não são e não podem ser programáveis pelos intelectuais. Aliás, como dizia Alberoni (1991), os movimentos sociais têm sua gênese em uma determinada confluência de acontecimentos e consciências que traz a alguns sujeitos um “estado nascente”, não apenas de clareza sobre a essência das coisas e de um futuro alternativo possível, mas também de uma potência energética propulsora significativa.

o estado nascente é uma descontinuidade social provocada por uma experiência de morte e renascimento em nível individual. Os indivíduos olham para si mesmos, para as pessoas que o cercam, a sociedade, o mundo, com um olhar pasmado. Como se estivessem vendo essas coisas todas pela primeira vez e se perguntassem por que cargas d’água elas são assim. Por que eles mesmos são o que são? Por que vivem daquela forma, por que aceitaram viver daquele jeito, quando eram possíveis infinitas formas diferentes de vida? Todas as formas de vida experimentadas pelos homens das mais variadas sociedades ao longo dos milênios e mais ainda? No estado nascente, o ser humano descobre sua plasticidade, experimenta sua incrível maleabilidade, sente-se, por um instante, milagroso, livre do modo de ser no qual foi moldado, aprisionado. Sente-se livre para realizar todas as suas potencialidades. Trata-se de uma experiência absolutamente extraordinária. Mesmo assim, todos nós já a experimentamos. As sociedades, os grupos, periodicamente passam pela mesma experiência. São estes os momentos da mudança descontinua (Alberoni, 1991, p. 37).

Esse estado nascente, pelo menos, não de forma totalitária, não se cria em laboratório. Os intelectuais podem, apenas, cooperar na fermentação teórica de variadas alternativas de vida que possam suscitar o pano de fundo desses disparos. Algo parecido a tal estado nascente aconteceu, aliás, com os estudantes mobilizados que ocuparam escolas e universidades, em 2016, quando lutavam contra a Projeto de Emenda Constitucional da limitação dos Gastos Públicos, aprovada como Emenda Constitucional 95 (EC95/16), em 15/12/2016. Apesar dessas mobilizações, tal emenda foi revogada pela EC 126/22 e regulamentada pela Lei Complementar 200/2023.

O “a despeito dessas mobilizações” e o “graças a elas”, aqui, também enseja reflexões. É preciso estudar a realidade em movimento, em um ir e vir entre as perspectivas dos sujeitos em luta, para prover a sociedade de explicações e previsões responsáveis. Acompanhando-se,

por exemplo, notícias do movimento dos bancários de 2016, notou-se que foram 31 dias de greve. Há dez anos, teriam sido apenas dois dias para obter conquistas similares.

Por que eles precisaram de mais tempo de mobilização? Porque, apercebendo-se das perdas que tiveram nas greves passadas, os banqueiros foram se imunizando dos efeitos desse instrumento de luta? Criaram e expandiram sistemas de *Home Banking*, cartão de crédito e *bankfone*, além de ampliarem as soluções por meio de caixas eletrônicos. Os bancários tornaram-se um pouco mais dispensáveis, resultando em uma diminuição de seu número e tornando suas mobilizações menos transgressoras. Quanto às redes sociais, inicialmente eram um canal alternativo e confrontante à mídia oficial, mas atualmente enfrentam desafios como indícios de cooptação, disseminação de *fake news*, manipulação e mercadorização. Portanto, novos canais e ações precisam e serão inventados. Os estudos devem atentar-se ao fato de que a criatividade da resistência subversiva gera a criatividade da resistência reacionária, estabelecendo assim um movimento social criativo e dialético.

Por fim, mais do que apenas um estudo com “qualidade formal”, é preciso ter-se em conta a “qualidade política” das pesquisas (Demo, 1995)¹³. Destaca-se, nesta última, a necessária atenção às possíveis externalidades negativas dos resultados das pesquisas em ciências sociais e humanidades, mesmo das ditas pesquisas críticas. Faz-se, por exemplo, muitas pesquisas empíricas nos meios institucionais de democracia participativa. O que é imprescindível, considerando que esses meios foram conquistados com dificuldade no Brasil, mas estão sujeitos a desrespeito por parte de governos e opinião pública alinhados a uma ideologia “pós-democrática” (Casara, 2019) ou “liberalismo autoritário” (Chamayo, 2020).

Entretanto, se essas pesquisas se limitarem a reunir evidências que destacam a baixa participação popular, a apropriação dessas instituições por alguns grupos e partidos, a escassa instrumentalização e qualificação, entre outros problemas amplamente conhecidos, uma das externalidades negativas dessas pesquisas, a ser utilizada como munição para seu descredenciamento, é que, ao invés de ampliar e aprimorar a participação política, elas podem gerar desânimo e alimentar a crença ideológica, fácil e astuta, de que, pelas evidências

¹³ Demo (1995) destaca a necessidade de que se somem as qualidades formais e políticas em uma pesquisa. As qualidades formais envolvem aspectos como a “propriedade lógica, tecnicamente instrumentada, dentro dos ritos acadêmicos usuais: domínio de técnicas de coleta; manuseio e uso de dados; capacidade de manipular bibliografia; versatilidade na discussão teórica; conhecimento de teorias e de autores; feitura de passos consagrados, como o percurso da graduação, mestrado e doutorado” (p. 21). Mas a qualidade política de uma pesquisa coloca a questão dos seus fins, conteúdos e dela como uma prática histórica, pesando as reflexões nas responsabilidades que a pesquisa assume diante de seu contexto social. “Preocupa-se, por exemplo, com a persistência com que as ciências sociais servem de instrumentação para o controle social e pergunta-se porque sabem muito mais como não mudar, como desmobilizar movimentos sociais, como justificar ricos e poderosos do que comparecer como instrumentação e atuação em prol de transformações históricas consideradas estratégicas pelos desiguais” (p. 25).

apresentadas, não vale a pena investir na participação política no Brasil. Contudo, se essas pesquisas aprofundarem a análise para além dessas evidências, explorando as causas mais profundas desses achados, poderão chegar aos pontos verdadeiramente cruciais do fracasso participativo brasileiro, esclarecendo quem são seus verdadeiros responsáveis. Essa é a fase produtiva desse tipo de pesquisa crítica. Antonio Cattani (s.d.) adotou uma abordagem semelhante: ao estudar a miséria, ele foi cada vez mais fundo, chegando ao estudo dos muitos ricos, e talvez, nessa profundidade, esteja “des-cobrando” muitos culpados e “des-culpando” muitos inocentes.

Considerações finais

Esses compromissos intelectuais refletidos esbarram, é claro, em uma série de obstáculos que não deixam de ser angústias compartilhadas por muitos intelectuais hoje. Sacrificados por um produtivismo quantitativo que pouca qualidade pode produzir, assombrados pelo descrédito de negacionistas e por um movimento de proliferação atordoante de informações (que inclui desde a positiva multiplicação de vozes nas redes sociais até as *fakes news* deliberadamente disseminadas), encontramos-nos em um estado de perplexidade sobre “o que fazer”. E foi esse estado que mobilizou a escrita deste artigo.

As viragens intelectuais nas estratégias, aqui, mencionadas – 1) o desvelar as ciladas dos desequilíbrios entre medidas de visibilização e invisibilização das redistribuições sociais entre diferentes atores; 2) inverter a lógica usual da eficiência das investigações, retirando-as do estar a serviço da aposta modernizante capitalista, para pô-las a serviço do combate ao estado de sub cidadania de nosso povo; 3) o condicionar o surgimento e o valorizar intelectuais que militam por uma autoria autêntica e original latino-americana; 4) o imunizar-se contra o derrotismo de programações intelectuais frustradas pelo tempo próprio das movimentações sociais; e 5) o cuidado com as externalidades negativas dos resultados das pesquisas, mesmo que ainda sejam reflexões e possibilidades, já está em curso e indica um movimento intelectual significativo de autorreflexão sobre os propósitos das pesquisas e seu papel nessas mudanças emancipatórias.

REFERÊNCIAS

- ALBERONI, F. **Gênese**. Como se criam os mitos e as instituições da civilização ocidental. Tradução de Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. 13. Impressão. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- AZEVEDO, A.; ALBERNAZ, R. A "antropologia" do Guerreiro: a história do conceito de homem parentético: em memória a Eliana Guerreiro Ramos (1949-2003). **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 01-19, Oct. 2006. DOI: 10.1590/S1679-39512006000300003.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. 2. ed. Tradução de Myrian Ávila, Eliana Lorenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.
- BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2015.
- CANÇADO, A. P. Verbete: Gestão Social. In: BOULLOSA, R. **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. Disponível em www.enap.gov.br/files/Caderno_EIAPP_Programas_Sociais.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.
- CASARA, R. R. R. **Estado Pós-democrático**. Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CATTANI, A. D. **Ricos, podres de ricos**. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, s.d.
- CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: Ubu Editora, 2020
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.
- DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- DUSSEL, E. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). **Colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Tradução Julio César Casrtin Barroso Silva. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2005. p. 55-70. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- FIGUEIRAS, V. A.; LIMA, U. M.; SOUZA, I. F. de. Os impactos jurídicos, econômicos e sociais das reformas trabalhistas. **Cad. CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 231-252, ago. 2019. DOI: 10.9771/ccrh.v32i86.30731.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 36. ed. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 2003(1970).

GUERREIRO RAMOS, A. The parenthetical man (an anthropological approach to organization design). *In*: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN ASSOCIATION FOR PUBLIC ADMINISTRATION, 1971, Denver, Los Angeles. **Anais [...]**. Denver, Los Angeles: Aspa, 1971.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**. Uma reconceitualização da riqueza das nações. Tradução: Mary Cardoso. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

GUERREIRO RAMOS, A. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

GUERREIRO RAMOS, A. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Racionalidad de la acción y racionalización social. Buenos Aires: Aguilae, Altea, Taurus, Alfaguara S.A. 2009. v. 1.

HALL, S. **Da Diáspora**. Identidades e mediações culturais. Organização de Liv Sovic; Tradução de AdelaineLa Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2003.

IBGE. **Brasil em síntese**. Trabalho. s/d. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MACPHERSON, C. B. **A teoria política do individualismo possessivo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1979.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 25, nov. 2005. ISSN 1678-9873. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7071>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SCHERER-WARREN, I. Redes sociais: Trajetórias e fronteiras. *In*: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2005. p. 29-50.

SEN, A. **A ideia de Justiça**. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**. Para uma sociologia política da

Modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

STIGLITZ, J. **The price of inequality**. How Today' Divided Society Endangers our future. Nwe York: WW. Norton & Company, 2012.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. 2. ed. Tradução Gentil Avelino Titton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WALSH, C. Lo Pedagógico Y Lo Decolonial: Entrelazando caminos. *In*: WALSH, C. (org.). **Pedagogías Decoloniales**: Práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)viver. Série Pensamento Decolonial. Tomo 1. 2017. Disponível em <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2018/03/catherine-walsh-pedagogc3adas-decoloniales-volume-i.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Gostaria de agradecer ao Movimento dos Estudantes – Ocupa UFRGS, de 2016, pelo convite em iniciar essa reflexão, e às contribuições do intelectual Ariston Azevedo sobre o pensamento de Guerreiro Ramos.

Financiamento: Parte desses estudos foram realizados sob o financiamento da pesquisa intitulada “Pluralismo Jurídico, Multiculturalismo e Democracia Latino-Americanos: seus reflexos na legalidade, nas políticas públicas federais e na jurisprudência superior do Estado Brasileiro atual (2005-2015)”, contemplada no Edital 001/2013 – Edital Pesquisador Gaúcho (PG), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), pesquisa realizada entre 2013 e 2016, sob Termo de Outorga n. 002068-2551/13-3.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Todos os textos consultados estão disponíveis na internet e/ou em bibliotecas e livrarias.

Contribuições dos autores: Autoria única.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

